



Ronaldo de Oliveira

CASO GALDINO

Grupo em defesa dos Direitos Humanos ouve queixas de líderes indígenas contra o tratamento discriminatório pela Justiça. Relatório também será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal



HILDA DOS SANTOS, PRIMA DE GALDINO:
EXPULSA DE CASA POR PISTOLEIROS

Denúncias irão para OEA

RENATA GIRALDI
DA EQUIPE DO CORREIO

O descaso das autoridades brasileiras deverá ser denunciado à Comissão Interamericana da Organização das Nações Unidas (OEA) por violação dos tratados internacionais que asseguram os direitos dos povos indígenas. A decisão foi tomada pelos integrantes da VIII Caravana de Direitos Humanos — Conflitos de Terras Indígenas, integrada por parla-

mentares, procuradores, advogados e representantes de organizações não-governamentais. A principal queixa dos líderes indígenas é contra o Poder Judiciário. A lista de reclamações inclui ainda agressões físicas, torturas, mortes e abusos sexuais.

“Foi constrangedor ouvir várias histórias em que se comprova que realmente o Judiciário trata de forma diferenciada brancos e índios”, contou o coordenador da caravana, o deputado Orlando Fantazzini (PT-SP). “Soube por

exemplo que o valor da fiança, em Rondônia, muda se o acusado é branco ou indígena”. Fantazzini e o deputado Pastor Reinaldo (PTB-RS), acompanhados por uma comissão, viajaram pelo país por dez dias e ouviram caciques de várias tribos.

Na Bahia, a comissão ouviu as reclamações de parentes do índio Galdino Jesus dos Santos. Uma prima de Galdino pegou o deputado Fantazzini pelo braço e cobrou: “Se fosse um índio que tivesse matado um branco, ele teria

o tratamento que esses meninos receberam?”. Em seguida, ela própria respondeu: “É claro que não”.

Os índios ouvidos pela comissão no país também reclamam de atendimento de saúde, da falta de escolas e de oportunidades de empregos. Mas a principal queixa é o tratamento dado aos índios pelo Judiciário. Nas reuniões com a comissão, os caciques reclamaram da forma como são conduzidos os processos criminais e a demora na definição de demarcação de terras indígenas. Os casos

serão descritos em um relatório final elaborado pela comissão, que integrou a caravana, e enviado às autoridades brasileiras e as ONU. A idéia é concluir os trabalhos até novembro.

As críticas dos índios ao Judiciário serão analisadas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa. Segundo informou sua assessoria, Corrêa só se manifestará sobre as acusações depois que conhecer todas as denúncias levantadas pela caravana.

Documentação

Fonte: C B (Terra de Índia)

Data: 20/10/2003 Pg. 1/3

Class: DTN R 0290